

GLOBALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO, MERCADO E O ESTADO: entrevista com Bob Jessop

Mürekkep
(Ink), Ankara

Abstract

In this interview, Bob Jessop, not only talks about the theoretical and political factors that motivated him as an intellectual and made him focus particularly on the State, but also refers his new concerns related with the new social, economic and political transformations that are brought about by economic globalisation. Showing an outstanding relational capacity and in a quite coherent [and notably] way Jessop, digs over intricate dichotomies such as state *vs.* society, the economic *vs.* the political, agency *vs.* structure, and the logic of capital *vs.* class struggle. Expressing explicitly some of his major influences – Gramsci, Althusser Bourdieu, Polanyi, – Jessop, among many issues, explains, not only the tensions between the market and society, deals with the possibility of having a social market or a free market within a socialist system, challenges distinctions such as “First World-Third World”, identifies the complicities between Thatcherism, Majorism and Blairism, the transformations on the European Left and the need for a new posture, denounces that there is no single logic to globalisation [“it is the complex resultant of many different processes on many different scales”], but also deals with the concept of governance as an ensemble of spatio-temporal practices and forms, and understands socio political movements like the Zapatistas as important and original contributions to the overall development of the struggle against the dominant neo-liberal forms of globalisation.

Resumo

Nesta Entrevista, Bob Jessop, não só aborda os factores teóricos e políticos que lhe motivaram, como intelectual e encaminharam a sua investigação para a problemática do Estado, como também refere as suas novas preocupações, relacionadas com as novas transformações sociais, económicas e políticas que emergiram com a globalização económica. Revelando uma notável capacidade relacional e de uma forma coerente [e notável], Jessop, entre várias questões, analisa intrincadas dicotomias como Estado *vs.* Sociedade, Económico *vs.* Político, Agência *vs.* Estrutura e Lógica do capital *vs.* Luta de Classes. Denunciando explicitamente algumas das suas influências mais importantes – Gramsci, Althusser, Polanyi -, Jessop aborda, não só as tensões entre o mercado e o Estado, a possibilidade de [co]existência de um mercado social, ou de um mercado livre, no seio de um sistema socialista, desafia distinções como “Primeiro-Terceiro-Mundo”, identifica as complicitades entre o “Thatcherismo”, o “Majorismo” e o “Blairismo”, as transformações na Esquerda europeia e a necessidade de uma nova postura, denuncia a não existência de uma lógica única para o fenómeno da globalização [é antes a resultante de um complexo de processos diferentes em escalas distintas], como também analisa o conceito de governação, como um conjunto de formas e práticas espaço-temporais e entende os movimentos sociais e políticos, como os Zapatistas, como importantes e originais contribuições ao desenvolvimento total da luta contra as formas neo-liberais dominantes de globalização.

Entrevistador – *As tuas obras “Estado Capitalista” e “Teoria do Estado”, publicadas respectivamente em 1982 e 1990, constituem duas grandes contribuições para o constante debate em torno do Estado. Em cada uma delas, tratas, com sucesso, várias fontes e abordagens teóricas, superando as limitações que lhes são inerentes relacionando-as entre si e ainda com o teu próprio quadro conceptual. Teoricamente, a “abordagem estratégica relacional” que utilizas na “Teoria do Estado” apoia-se num duplo criticismo das explicações sociais do Estado e na centralização do Estado, sublinhando as relações complexas mútuas entre o Estado e a Sociedade. Quais os factores teóricos e políticos que te motivaram, como intelectual e encaminham a tua investigação para a problemática do Estado. Quais as raízes teórico-intelectuais que te interessam no Estado Capitalista? Em resumo, quais as “condições de possibilidade” dos teus trabalhos em torno do Estado?*

Bob Jessop – Social e politicamente, provenho de um de uma família conservadora artesã que compreende diversas gerações de ferreiros, de pessoas que colocavam ferraduras em cavalos, e construtores de rodas de madeira, nas zonas rurais de Essex e Kent (condados orientais situados respectivamente a norte e a sul do Tamisa). Enquanto estudava numa escola normal local, trabalhava para o meu pai e dois tios num negócio de família num determinado tipo de trabalhos manuais utilizando máquinas antigas e ferramentas manuais. O meu interesse no processo de trabalho e nas relações de classe repousa bem nessa fase da minha vida. Na Universidade de Exeter, onde obtive o meu primeiro grau académico, tive sociologia como cadeira nuclear e uma outra cadeira de política. Nessa altura o Marxismo era mediocrementemente ensinado (pelo menos no departamento de uma Universidade dominada por uma classe média conservadora). Na verdade, o Funcionalismo e o Behaviorismo eram as abordagens teóricas predominantes. Só quando me matriculei como aluno de pós-graduação em Economia e Política na Universidade de Cambridge é que, de facto, fui desenvolvendo o meu interesse pela teoria marxista e fui-me envolvendo progressivamente na Esquerda política. Este envolvimento acaba até por não ser uma surpresa, uma vez que atravessámos uma época explicitamente conturbada em 1967-68 – os protestos contra a guerra no Vietname, os acontecimentos do Maio de 68, e a agudização da militância da classe trabalhadora. A minha Tese de Doutoramento reflectiria assim, tanto o meu “background” pessoal, quanto os meus interesses teóricos mais amplos. A investigação situava-se no vastíssimo campo da sociologia e preocupou-se particularmente com a natureza conversadora da classe trabalhadora, com o radicalismo da classe média e com a estabilidade relativa da cultura política inglesa. Enquanto me encontrava ocupado com a investigação empírica do meu Doutoramento, envolvi-me ainda num grupo de estudo que abarcava alunos, professores e funcionários, preocupado com as Teorias da Revolução e exemplos actuais de revolução – desde a Guerra Civil Inglesa à Guerra do Vietname –, assim como, em movimentos informais educativos contra-hegemónicos, tais como “Free University of Cambridge” e a “Communist University of London”. Foi nestes contextos que me inspirei em duas figuras distintas da teoria marxista ocidental, António Gramsci e Louis Althusser. Por um lado, com Gramsci apre(e)ndi a importância de uma visão ampla

do Estado (“Lo Stato Integrale”), a importância da hegemonia política, moral e intelectual para a estabilidade dos Estados democráticos. Por outro, Althusser ensinou-me a importância de uma rigorosa teorização no movimento do abstracto ao concreto, do simples ao complexo, assim como me forneceu algumas luzes em torno da natureza do capitalismo como uma modalidade de produção e da necessidade de uma análise conjuntural. Por sua vez, estes dois teóricos marxistas surgem simultaneamente na obra de Nicos Poulantzas, o teórico grego que trabalhou o poder político e as classes sociais nos Estados democráticos burgueses organizados em torno da luta pela hegemonia. A convergência destes interesses distintos, juntamente com as minhas próprias raízes sociais numa completamente hegemonizada família pequeno burguesa, levou-me a reflectir, cada vez mais, em torno da natureza do Estado e do poder político.

Desde então, tenho dedicado grande parte da minha vida académica a este tópico e às suas ligações a outros aspectos relacionados com a dominação de classe. Naturalmente, as minhas influências teóricas e interesses empíricos particulares foram mudando com os anos, todavia nunca abandonei o compromisso total que mantenho com a teorização marxista, adquirida a partir de finais da década de 60 e inícios da de 70 do século passado. Além do mais uma linha de investigação que tem atravessado todo o meu trabalho académico traduz-se na tentativa de compreender as especificidades da economia política britânica do pós-guerra no que tange à relação entre as características distintivas da economia britânica e o Estado britânico. O advento do “Thatcherismo” adicionou uma imperiosidade muito específica a estes interesses durante a década de 80 do século passado.

Beneficiado por uma leitura retrospectiva, diria agora que minha “abordagem estratégico-relacional” ao Estado provém da minha exposição a três influências intelectuais diferentes. Lenin reivindicou que há três fontes no Marxismo, desenvolvidas pelo próprio Marx, nomeadamente, a Filosofia Alemã, a Política Francesa e a Economia Inglesa. Reivindiquei que Nicos Poulantzas, o último grande teórico Marxista do Estado, foi influenciado pelo Francês – e não pelo alemão – pela filosofia italiana – e não pela francesa – política e economia não inglesa, não, certamente qualquer economia, mas sim a lei Romano-Alemã. Por sua vez, sugeriria que as minhas três fontes foram: política alemã – e não a francesa ou a italiana; a economia francesa – e não a inglesa; e filosofia não alemã, filosofia não francesa, ou qualquer outro tipo de filosofia, mas ... pela biologia chilena. A influência germânica é clara na minha preocupação inicial nas funções e formas transformadoras do Estado Capitalista. Só muito posteriormente é que descobri os economistas franceses no quadro da Escola de Regulação Parisiense.

Isto oferece respostas institucionais específicas à velha questão Marxista de como, não obstante as suas contradições estruturais e conflitos de classe, o capitalismo pode continuar a expandir-se por períodos relativamente longos de tempo. Sublinha que as actividades económicas se encontram socialmente enraizadas e regularizadas, e que a expansão económica estável depende de modos sociais específicos de regulação económica que complementam o papel das forças de mercado na orientação do desenvolvimento capitalista.

Finalmente, da biologia Chilena se não directamente, pelo menos por intermédio de Niklas Luhmann (sociólogo jurista alemão), Gunther Teubner (teórico jurista alemão), e

Helmut Willke (cientista político alemão), apreendi a noção de “autopoiesis”. Se nos transpomos (alguém dirá ilegitimamente) da biologia celular para a sociologia, a abordagem “autopoieticista” sugere que todo o (importante) subsistema societal (tal como a lei, a política, a economia e a ciência) pode ser estudado como auto referencial, auto reprodução, e auto regulação. Em resumo, discursivamente, estes sistemas constituem as suas próprias fronteiras, recreando-se a si próprios, criando condições para as suas operações internas e desenvolvendo-se de acordo com o seu próprio *modus operandi*, em vez de se sujeitarem a uma lógica externa qualquer (“input-ouput” funcional).

Isto era especialmente útil para reflectir em torno do velho problema da “relativa autonomia do Estado” *vis-à-vis* economia de mercado. Com efeito, sugere que esta questão pode ser abordada em termos do terreno dependente da “união estrutural” entre dois subsistemas operacionalmente autónomos, contudo, ecologicamente interdependentes. Apreendi ainda outras questões derivadas da teorização “autopoiesis”, mas a ligação com a autonomia relativa era, inicialmente, a mais importante. Tem também sido reivindicado que a capacidade de Karl Marx em produzir uma síntese criativa entre a filosofia alemã, a política francesa e a economia inglesa envolve mais que a sua paciente capacidade de se sentar horas a fio na Biblioteca do Museu Britânico. Era devido à sua identificação com a luta de classes do proletariado. Pode, igualmente, reivindicar-se que Nicos Poulantzas pôde produzir a sua própria síntese, uma abordagem estratégico relacional do Estados, dada a sua identificação com a luta popular democrática e os novos movimentos sociais. E, se tenho conseguido produzir uma síntese entre a política alemã, a economia francesa e a biologia Chilena, é porque tenho estado envolvido, de alguma forma, na contestação política e ideológica do “Thatcherismo”. De facto, grande parte do trabalho que tenho desenvolvido tem sido moldado por uma constante tentativa em compreender a especificidade da crise da economia política britânica do pós-guerra e a importância da resposta do “Thatcherismo”. É esta frequente dimensão política subterrânea do meu trabalho que proporciona a base do projecto intelectual que eu persegui durante anos e anos.

Entrevistador – *Nos livros acima citados, conceitos como “selectividade estratégica,” “hegemonia”, “projecto hegemónico” e “estratégias de acumulação”, entre outros, assumem um lugar estruturante e quase não existe referência alguma à questão da globalização e regionalização. Todavia, recentemente, a tua preocupação parece que mudou para a análise de novas transformações sociais, económicas e políticas que emergiram com a globalização económica. Num mundo cada vez mais integrado política e economicamente como nunca, vês a necessidade de modificar a tua abordagem e rever os teus conceitos nucleares? Por outras palavras, podem os conceitos e as ferramentas analíticas que empregaste nas tuas análises anteriores serem aplicados para a compreensão e análise das novas condições históricas? Como é que os conceitos antigos e categorias velhas podem ajudar a construir uma “nova” plataforma teórica sem ignorarem completamente a acumulação histórica da tradição socialista?*

Bob Jessop – Existem nesta questão quatro aspectos. Primeiro, estás correcto relativamente aos meus trabalhos iniciais sobre a teoria do Estado não se preocuparem muito com as questões da globalização e regionalização. Em parte isto reflecte o seu estatuto de comentários na existente literatura do pós-guerra, que foi profundamente orientada para o Estado nacional e não para o imperialismo ou para o Estado local. Mas mesmo nesses trabalhos iniciais encontram-se discussões em torno do mercado mundial, o monopólio capitalista do Estado internacional, as funções do Estado na promoção da internacionalização, a abordagem estatal à geo-política e militarismo, etc. O meu livro sobre Poulantzas, publicado em 1985, envolveu, naturalmente, uma ampla discussão sobre as contradições no actual momento do imperialismo e, de facto, Poulantzas influenciou-me muito nas minhas recentes análises em torno da globalização. De uma forma mais significativa, algum do meu trabalho inicial tratou já destas questões de uma forma empírica – tal como era de esperar de alguém que sempre demonstrou profundo interesse no Estado britânico, que tem um passado imperial bem distinto e um envolvimento fortíssimo na internacionalização e globalização. O “Thatcherismo” tem um interesse muito particular nestas questões. Envolvi-me ainda numa investigação empírica sobre a reestruturação regional nas economias pós-coloniais e globalização, não só relativamente às políticas económicas e sociais, como também no que diz respeito à reestruturação do Estado. Assim, não cheguei à cada vez mais importante problemática da globalização completamente surpreendido teoricamente.

Segundo, relativamente às mudanças promovidas pela globalização económica, sempre salientei que a globalização, em termos Marxistas, é um “conceito caótico”. É frequentemente tratada, quer em trabalhos teóricos, quer em empíricos, como se fosse um processo distintivo, singular e causal por mútuo próprio. Tais abordagens tipicamente não conseguem abarcar as variadíssimas formas nas quais o processo acontece e as distintas compreensões que motivam actores importantes na sua abordagem à globalização. Ignoram a amplitude na qual a globalização é a resultante complexa de muitas forças e processos diferentes – processos que ocorrem em variadas escalas espaciais e temporais e/ou redes de locais. Ignoram ainda que a extensão na qual a globalização acontece envolve hierarquias causais complexas e intrincadas não sendo, portanto, um movimento simples, “unilinear”, “botton-up” ou “top-down”, assim como ignoram a amplitude da globalização como sendo sempre um produto contigente de tendências e contra-tendências. Negligenciam o facto de que a globalização tipicamente envolve uma interpenetração não simétrica de escalas diferentes da organização social não podendo ser entendida como um simples “encaixe” do género das bonecas Russas. Assim sendo, não aceito que a globalização económica por si só provoque absolutamente nada. Contestar esta posição é reificar a globalização, tornar-se cúmplice das exigências das forças hegemónicas actuais subjacentes ao movimento neo-liberal e não conseguir ver as contradições e os limites em todas as formas de globalização.

Terceiro, ao abordar-se a globalização desta forma, baseio-me em muitos dos conceitos chave tratados e desenvolvidos nos meus trabalhos iniciais. Assim, abordo o fenómeno da globalização numa perspectiva estrutural e estratégica e vejo-a como transformando o contexto estratégico estruturalmente inscrito no seio das forças políticas e económicas

vigentes. Está também associada a novas estratégias de acumulação e projectos hegemónicos, com a transformação de blocos de poder e a consequente construção de novos blocos históricos. Neste contexto, o valor heurístico dos meus conceitos inicialmente trabalhados encontra-se presente. Simultaneamente, reconheço que as tendências associadas à globalização colocam novos problemas que podem levar, por sua vez, a que interpretemos o passado de outra forma. Isto é apenas uma outra versão do princípio “Hegelian”, de que a coruja de Minerva levanta vôo ao anoitecer. Posso ilustrar esta questão em três breves pontos.

A natureza multi-escalar e multi-cêntrica da globalização revelou, mais do que nunca, a especificidade histórica do primado do Estado nacional, como a matriz espaço-temporal, no qual ocorreu a acumulação de capital nas economias “Fordistas” Atlânticas do pós-guerra. Isto obriga-nos a reconsiderar como a escala nacional começa a ganhar determinada primazia, como a perdeu, e o que isso implica para o futuro do Estado nacional. Eu discuto agora esta matéria, em termos de relativização da escala, ou seja, o declínio da ascendência do Estado nacional e o continuado falhanço em encontrar outra escala – superior ou inferior ao nível nacional – no qual o capital tem vindo a ser re-regularizado. Uma outra questão que urge ser colocada em agenda pelo fenómeno da globalização, de uma forma mais forçada do que nunca, é a questão do tempo e do espaço. Analiso a globalização em termos de distanciamento de espaço-tempo (a amplitude das relações sociais no tempo e espaço) e em termos de compressão de espaço e tempo (a intensificação de acontecimentos “discretos” em tempo real e/ou aumento da velocidade dos contornos materiais e imateriais relativamente a uma determinada distância).

As forças mais poderosas na emergente ordem global neoliberal são as que combinam as capacidades de distanciamento de espaço-tempo e compressão de espaço-tempo – que significa, acima de tudo, um determinado capital financeiro hipermóvel capaz de tomar rapidamente decisões económicas. Todavia, os mesmos conceitos podem ser aplicados a períodos iniciais para revelar aspectos relacionados com a forma como operam as ordens políticas e económicas, provavelmente, menos evidentes. Este meu terceiro exemplo, é a forma através da qual a progressiva importância das relações económicas transnacionais têm vindo a transformar as fronteiras entre o económico e o extra-económico. Na época do pleno “Fordismo” Atlântico, a competitividade internacional foi compreendida, essencialmente, em termos de custos relativos da unidade laboral e em termos de comércio. Agora surge compreendida em termos competitivos no seio mais amplo das instituições económicas, políticas e sociais: relações indústria-universidades, a necessidade de um Estado competitivo, a promoção de uma cultura empresarial, e assim sucessivamente. Contudo, por sua vez, isto leva-nos a repensar a construção social da economia com um objecto de gestão económica em períodos diferentes, o reflexo na alteração das fronteiras entre o económico e o extra-económico e ainda a examinarmos como estas esferas distintas se articulam ao abrigo de diferentes regimes e modos de acumulação.

Quarto, no que tange à tradição socialista, concluí que as novas tendências associadas ao fenómeno da globalização, certamente me forçaram a repensar o projecto socialista, mas, de modo algum a abandonar a tradição socialista. Quer-me parecer que as contradições

principais do “Fordismo” Atlântico são diferentes das que caracterizam o período emergente pós-Fordista. Enquanto que o primeiro se encontrava estruturado em torno da gestão da contradição salarial como custo de produção e como fonte de exigência e ainda em torno da natureza do dinheiro, como cunhagem internacional e como moeda nacional, o segundo período é dominado por duas outras contradições inerentes na relação do capital. São as “formas de competição” (notavelmente, a crescente importância das condições extra-económicas da competitividade e, assim, a sua colonização pela forma do valor e, juntamente com esta questão, a emergência de uma teia empresarial como paradigma organizacional dominante) e as “formas de Estado” (notavelmente, a sua reestruturação à luz da relativização da escala e a incapacidade das formas tradicionais do Estado de governarem a nova economia). Por sua vez, isto torna difícil (mas não impossível) organizar qualquer tipo de luta socialista relacionada com a defesa do Estado nacional “Keynesianista” de bem-estar, que se desenvolveu como resposta às contradições do “Fordismo” Atlântico e ajudou a consolidar o regime de acumulação. Pelo contrário, as novas formas de luta, devem ser orientadas para questões de inovação e competitividade; questões de flexibilização do mercado laboral, salário básico e economia social; para a natureza pós-nacional das instituições políticas; e para a procura de alternativas ao mercado e ao Estado para governar a nova economia orientada para o controlo do conhecimento (contudo, ainda essencialmente, capitalista). Repito, pese embora os riscos possam ser distintos, isto dá continuidade a uma plataforma familiar. Com efeito, cada nova fase do capitalismo encontra-se associada à necessidade de redefinir o socialismo, assim como contestar novas formas de revisionismo.

Entrevistador – *A tua abordagem teórica interroga várias distinções precisas que tiveram um grande impacto na teoria política social como Estado vs. Sociedade, Económico vs. Político, Agência vs. Estrutura, Lógica da capital vs. Luta de Classes, etc. Não obstante as tuas questões analíticas se terem gradualmente transformado perante a mudança anteriormente referida, relacionada com o tópico da globalização, continuaste a expandir o teu quadro teórico articulando nele novas ferramentas. Contudo, isto não te levou a excluir as tuas primeiras ferramentas teóricas, como os conceitos de Gramsci de “hegemonia” e “bloco histórico”. No entanto, como revelam noções como as de “implicação social da economia”, que retiras de Polanyi e que é eminente nos seus últimos trabalhos, de certa maneira, continuas ainda a lidar com a velha questão da complexidade da “totalidade social” ou da formação social. Neste sentido, poder-se-á argumentar que a crítica às abordagens holísticas e individualistas aos processos de formação e transformação sociais, continuam ainda a ser as bases teóricas principais da tua abordagem ao fenómeno da globalização e do Estado. Como é que vês o “velho” problema de formação social e agência-estrutura, relativamente aos teus últimos trabalhos sobre a globalização?*

Bob Jessop – A tua leitura geral sobre a minha preocupação em transcender dicotomias tradicionais através de uma re-interpretação dialéctica mais complexa de tais dicotomias está correcta. Outra dicotomia que tentei trabalhar é que a que se estabelece entre individualismo metodológico e holismo metodológico, através daquilo que Bourdieu denomina por relacionalismo metodológico. Isto tem implicações importantes na forma como se pensam as totalidades. Estabeleço uma distinção entre princípios competitivos de totalitarismo em relação a formações sociais (ou seja, princípios competitivos de socialização ou “Vergesellschaftung”) e a possibilidade de que, alguma vez, possamos estar perante totalidades completamente fechadas em si próprias.

Para mim, o totalitarismo nunca está completo – há sempre relações sociais e estruturas (bem como fenómenos naturais) que resistem a uma integração completa, seja qual for o projecto de totalitarismo e existem sempre tentativas competitivas de totalitarismo em escalas muito diferentes e oriundas de variados centros potenciais de totalitarismo. Daí que a relação de agência-estrutura seja tão importante para o trabalho que tenho vindo a desenvolver. Neste contexto, a globalização envolve uma ampla gama de tentativas de totalitarismo ao nível de uma formação social potencialmente global. Todavia, tal como destaquei inicialmente, como a globalização deve ser lida como um processo multi-escalar, multi-cêntrico e multi-temporal.

Há variadíssimas versões de globalização competindo como um projecto sócio-cultural, político e económico e encontram-se igualmente expostos a uma análise relacionada com o “velho” problema da formação social e agência-estrutura. De entre os novos conceitos que entendi como úteis a esta matéria, situam-se os da fixação do espaço e tempo, a distinção entre espaço e tempo e a compressão entre espaço e tempo. Isto providencia, sem dúvida, modos mais sofisticados de análise acerca da “societalização” e acerca dos problemas de poder e dominação inerentes à dialéctica estrutura-agência.

Entrevistador – *Nos teus últimos trabalhos, apoias-te muito na distinção “mercado-sociedade” trazida à colação por Polanyi. Parece argumentar que a rede complexa de relacionamentos é construída apesar de [e/ou] pela tensão e conflitos entre estes sistemas distintos ou autónomos. O processo de transformação de uma sociedade numa sociedade de mercado pode ser dado como um exemplo fiel deste processo complexo de interacção entre sistemas diferentes. Quer-nos explicar a raiz desta tensão entre o mercado e a sociedade? Sob que condições uma sociedade se torna numa sociedade de mercado e se torna possível a socialização do capitalismo? Nesta conformidade, perguntar-te-ia se vês qualquer possibilidade de [co]existência de um mercado social ou um mercado livre no seio de um sistema socialista?*

Bob Jessop – Antes de responder à questão que me colocas relativamente a Polanyi, pretendo salientar três pontos cruciais. Primeiro, de um ponto de vista Marxista, a reprodução da relação do capital não pode ser garantida puramente por relações de troca mediadas pelo mercado. Há sempre uma dimensão extra-económica na acumulação de

capital que se encontra reflectida no papel de instituições, como o Estado, redes de negócio, organizações não governamentais, etc. Segundo, há sempre uma tensão entre os momentos extra-económicos e económicos da reprodução da relação capital, uma vez que a sua separação institucional é simultaneamente necessária ao capitalismo e ainda assim problemática para capitalismo – precisamente porque, na minha perspectiva, a forma problematiza a sua função. Isto é outra área onde é preciso introduzir as abordagens estratégico-relacional e/ou estrutura-agência.

Terceiro, dada esta tensão, em princípio, insolúvel, só podemos esperar, no mínimo, por segundas melhores opções. É neste contexto que tenho escrito sobre as inerentes noções preconcebidas e estratégias envolvidas em qualquer estratégia de acumulação, projecto de Estado, ou princípio de “societalização”. Agora, quanto à fonte da tensão entre o mercado e a sociedade, podemos dizer que quando o câmbio de mercado se torna no princípio dominante de “societalização”, tal como faz quando a mercadorização se estende a todas esferas sociais, é imperioso que o seu ambiente extra-económico (abrangendo uma vasta gama de outras instituições, assim como entidades não económicas, relações sociais, e organizações na sociedade civil) se adapte para garantir as suas próprias condições de existência. Daí que Polanyi se refira ao enraizamento da economia de mercado das instituições pré-capitalistas na qual as relações económicas têm sido enterradas previamente e, posteriormente, têm sido subordinadas previamente a valores e normas não económicos (como, por exemplo, preços justos, salários justos, solidariedade social, ou razões de Estado). Mas isto implica um determinado risco, uma vez que a troca de relações pode vir a dominar todas esferas da vida social – levando àquilo que Polanyi documenta, como dominação das relações de troca também em relação ao trabalho assalariado, dinheiro e terra (ou, de uma forma mais ampla, natureza). No entanto, os três são mercadorias realmente fictícias e não podem ser reproduzidas a médio prazo só pelas relações de mercado sem danificarem o próprio capital – já para não mencionar a formação social mais ampla.

Desta forma, Polanyi salienta a necessidade de se desenraizarem as relações de mercado capitalista – não para promover o retorno das relações sociais e instituições pré-capitalistas, mas de um mercado amigável, não obstante a ordem institucional restringida ao mercado. Em resumo, numa sociedade de mercado. Isto proporciona outro exemplo interessante dos limites de qualquer tentativa de totalitarismo e a importância das contradições e dilemas envolvidos em reproduzir a relação de capital. A minha proposta actual para reflectirmos sobre questões como as que indiquei anteriormente, reside na fixação de espaço e tempo. São eles que proporcionam uma estrutura relativamente estável na qual dilemas e contradições podem ser descontextualizados e transferidos – embora à custa de grupos marginais dentro e para além da matriz espaço-temporal relevante. Finalmente, no que tange à possibilidade de relações de mercado no seio de uma matriz socialista, plenamente antecipo que elas existirão. O problema não é propriamente como eliminar relações de troca, mas como limitar o seu alcance na esfera das mercadorias fictícias e como prevenir a subordinação de todas relações sociais à mercadorização. Neste contexto, uma questão social e económica sujeita a outros princípios de “societalização”,

especialmente os da solidariedade e democracia deliberativa, seria uma característica essencial do socialismo. Até agora, por resolver, na minha mente, é a escala em que a fixação espaço-temporal dominante para o socialismo será estabelecida.

Entrevistador – *Parece-me que a tua perspectiva teórica deve em muito à Escola de Regulação. A Escola de Regulação preocupa-se principalmente com os sistemas sócio políticos, instituições e mecanismos através dos quais o capitalismo é regulado ou se regula a si próprio. Nesta conformidade, utilizas conceitos como “modo de regulação” e “regime de acumulação”. A abordagem de regulação analisa também a economia capitalista à escala mundial e coloca várias questões relacionadas com a regulação do capitalismo global. Assim, gostaríamos de saber o que pensas sobre as dinâmicas do capitalismo global e o seu impacto nas mudanças da divisão internacional de trabalho? Ao analisares o processo de globalização e a mudança de padrões das relações internacionais, apoias-te também noutras teorias que não as da regulação, tais como a teoria de dependência ou teoria mundial sistémica; empregas ainda classificações estruturantes nessas teorias, tais como as distinções “Primeiro-Terceiro-Mundo” e “Desenvolvido-Subdesenvolvido”, etc ...*

Bob Jessop – Escrevi, muito recentemente, de uma forma extensa, sobre a globalização partindo de uma perspectiva de regulação e teórica do Estado. Algumas indicações a este respeito já foram mencionadas nas respostas anteriores. Uma vez que não acredito na existência de uma única lógica para o fenómeno da globalização, interpretando-o como a resultante complexa de muitos processos diferentes em muitas escalas distintas, não há uma resposta simples relativamente ao seu impacto na divisão internacional do trabalho. Nos meus trabalhos iniciais, sugeri que o que é convencionalmente discutido sob a rubrica da globalização inclui uma vastíssima gama de processos envolvendo formas complexas de articulação inter-escalar, de circuitos diferentes de capital e tentativas de várias forças sociais em contenda para organizarem arquiteturas institucionais correspondentes a estes processos económicos diferentes. No meu trabalho ainda não me apoiei, nem na teoria de dependência, nem na teoria mundial sistémica – pese embora esteja mais inclinado para o anterior do que para o último. Estou muito convencido que há relações de desenvolvimento dependente, mas gostaria de abordar esta questão de uma forma estratégico-relacional.

O meu problema com a teoria mundial sistémica é que tende a interpretar o desenvolvimento capitalista em termos da lógica do capital “top-down” do sistema mundial – mesmo que reconheça uma divisão entre um mercado global e um sistema pluralístico nação-Estado. Há alguns argumentos interessantes avançado pela teoria mundial sistémica e não me oponho a integrá-los na minha abordagem. Classificações como Primeiro-Mundo vs. Terceiro-Mundo e Desenvolvido vs. Subdesenvolvido parecem-me mais importantes relativamente à sua constituição e implicação discursivas, do que como distinções que correspondem, de alguma forma, a divisões reais dentro da economia global. Tal como destaquei num outro espaço, dentro do conjunto de relações económicas, as divisões em

espaços económicos específicos (tal como uma economia nacional) são produto de práticas discursivas e materiais específicas que, por sua vez, têm efeitos específicos no desenvolvimento subsequente do conjunto no seu todo. Gostaria assim de salientar o mesmo relativamente às distinções que estabelece. Por um lado, podem ser vistos como produtos arbitrários de imaginários políticos e económicos específicos. Por outro lado, naturalmente, algumas distinções são mais orgânicas que outras, isto é, reflectem ou captam melhor (num sentido crítico realista) as divisões reais que existem na economia. Em ambos os casos, é também importante considerarmos as suas implicações políticas e como cada um facilita ou restringe a mobilização política contra as formas transformadoras de exploração e dominação capitalistas.

Entrevistador – *O que gostarias de dizer sobre as consequências políticas da globalização? Podes ainda explicar-nos as discrepâncias estruturais e os conflitos políticos que este processo poderá vir a provocar? Tens-te referido ao Estado dentro do contexto do processo de globalização, argumentando que a erosão do Estado não é, necessariamente, resultado deste processo, uma vez que pode reorganizar-se dentro do contexto de globalização ou em resposta ao processo de globalização. Como é que o Estado se adapta a este processo ou se reorganiza dentro do contexto de globalização? Além do mais, gostaríamos ainda de compreender se é possível diferenciar os impactos da globalização sobre o Estado ao longo das linhas distintivas do capitalismo global entre centro e periferia. Achas que categorias como “Terceiro-Mundo” e “Estados do Terceiro-Mundo” são ainda apropriadas e podem ser utilizadas? Se for esse o caso, como é que estes Estados são influenciados pelo processo de globalização?*

Bob Jessop – Não tenho dúvida alguma de que há um disfunção importante entre a organização das relações políticas e económicas e que isto sempre existiu, à maior ou menor escala, no desenvolvimento do capitalismo. A sua forma actual (pelo menos nas economias capitalistas avançadas) encontra-se entre uma economia globalizada e a sobrevivência de um sistema de Estados nacionais. No entanto, adicionaria ainda mais três questões. Primeiro, há que não confundir a arquitectura institucional do sistema Estatal com a organização de relações de poder. Há questões cruciais a serem exploradas em torno da organização da hegemonia no seio do sistema político internacional, que jamais podem ser captadas tratando cada Estado nacional como uma entidade insulada, assumindo erroneamente que não existe nenhuma interpenetração nem qualquer rede de poderes de classe nos [e através dos] respectivos Estados. Seria completamente impossível, por exemplo, entender o desenvolvimento do “Fordismo” Atlântico, sem se considerar a hegemonia do Estado dos Estados Unidos da América na definição da estrutura internacional, na qual o “Fordismo” se veio a estabilizar – não só dentro das economias do “Fordismo” Atlântico, como também, por exemplo, em relação às economias produtoras de petróleo noutros espaços do planeta. Segundo, não é o Estado como tal que se adapta à

globalização. O Estado como tal não exerce poder, nem tem poder para se reorganizar a si próprio. Pelo contrário, são forças específicas que operando no terreno do Estado e/ou distanciadas do Estado que são os agentes da reorganização. Neste sentido, em resposta à crise institucional de uma forma particular de Estado, existem esforços para modificar as políticas, os aparelhos de Estado, a arquitectura institucional mais ampla do Estado, as suas escalas de intervenção e as interrelações do sistema Estatal e outros espaços de poder social, político e económico. Isto é um processo evolutivo experimental cujo resultado não é já preconcebido e escrito previamente dentro de uma lógica predeterminada de acumulação de capital. Claramente, face aos meus argumentos anteriores, é essencial, não só diferenciar o impacto dos ditos processos de globalização nos Estados (que realmente operam em muitas escalas diferentes e são oriundos de muitos locais diferentes). O seu impacto nos Estados Unidos da América, Alemanha, Grã Bretanha, Dinamarca, Turquia, Taiwan, Singapura, Turquia, Haiti, só para dar alguns exemplos, será bem diferente. Contudo, a mesma questão se levanta, por exemplo, relativamente a outras escalas: Nova Iorque e Detroit, Berlim e Leipzig, a Londres e Sheffield, Copenhaga e Aarhus, Istanbul e Izmir, Taiwan e Taichung, Singapura e Riau, e assim por diante. Não há nenhuma necessidade de “fetishizar” o nível nacional quando se analisa o impacto (ou os agentes) de globalização. Do igual modo, julgo que não é útil, analítica e politicamente, dividir o mundo por decreto teórico num Primeiro e Terceiro Mundo. É mais importante analisar os impactos da globalização em escalas diferentes e avaliar em termos estratégico-relacionais a viabilidade de diferentes horizontes de tempo, de tipos diferentes de estratégias de união. Estes podem não se encontrar melhor organizados em termos de blocos de Estados nação. Há também um enorme escopo para outras bases de organização global, incluindo os movimentos sociais e a classe transnacional.

Entrevistador – *Houve mudanças importantes desde que o crescimento do “Thatcherismo” nas décadas de 70 e 80. Nas Eleições Legislativas de 1997, o Partido Conservador sai do governo e o Novo Partido Trabalhista alcançou um grande êxito nacional. Desde então, a política em Inglaterra foi e ainda é governada pelo governo Trabalhista e a sua denominada estratégia da Terceira Via. Como reagiu politicamente o Novo Partido Trabalhista perante o fracasso do projecto político “Thatcherista”? Em que consistia a transição do “Thatcherismo” para o projecto da Terceira Via, de Tony Blair? Como comparas o “Thatcherismo” (e, posteriormente o “Majorismo”) e o projecto de Blair relativamente à sua posição perante a nova conjuntura global da Inglaterra, em geral e ainda relativamente às suas estratégias de aproximação dos Estados Unidos da América, em particular? Detectas entre esses projectos muitas semelhanças e diferenças, continuidades e discontinuidades?*

Bob Jessop – A vitória eleitoral do Novo Trabalhismo representou, certamente, uma mudança massiva na cena política, isto é o mundo visível da política quotidiana expressou-se perante o público em geral através da acção declarada e aberta de forças sociais, mais ou

menos bem organizadas. Todavia, isto não implicaria uma mudança igualmente radical no bloco de poder, nem tampouco na sua linha estratégica global. A demissão de Thatcher não representou uma derrota para a estratégia neo-liberal de acumulação, nem o projecto geral do autoritarismo populista ao qual o seu partido se encontrava intimamente associado. A sua demissão é muito mais uma reacção ao isolamento crescente que vinha revelar dentro do seu próprio partido e aos problemas que Thatcher enfrentou na gestão da questão da integração Europeia. O governo de Major pode ser visto como um “Thatcherismo com um rosto cinzento”, preocupado em consolidar o “Thatcherismo”, contudo recriando condições para a coesão social que tinha começado a desagregar-se. O Novo Trabalhismo, por sua vez, pode ser visto como uma resposta eleitoral calculista ante a aparente hegemonia do “Thatcherismo”, o estado do Estado face os 18 anos de neoliberalismo férreo, assim como uma acomodação mais geral às mudanças estruturais na economia. Num outro local, descrevi o Novo Trabalhismo (ou, melhor, o “Blairismo” uma vez que Gordon Marrom, o Chanceler do Tesouro Nacional tem uma posição diferente) como “«Thatcherismo» com um rosto Socialista Cristão”. Se há algo que está muito claro em Tony Blair é que ele aprofunda o neo-liberalismo muito mais ainda que Thatcher ou Major. Em parte isto é uma resposta à continuada consolidação global do neo-liberalismo, sob a batuta de Reagan, Bush e Clinton e as mudanças estruturais que isto tem produzido.

Mas é também uma resposta à crescente globalização da economia Britânica, sob a hegemonia da Cidade da Londres (agora plenamente internacionalizada) e das companhias multinacionais líderes (muitas delas com importantes operações transatlânticas e Europeias); e à crescente crucialidade da “Inglaterra Média” nos cálculos eleitorais do Novo Trabalhismo. No que se prende com a Europa, Blair provavelmente está mais positivamente inclinado a aumentar a dimensão da integração Europeia – com a condição de que esta assuma essencialmente um formato neo-liberal. O seu problema, relativamente a esta matéria, é mais uma questão de curto prazo e política do que de longo prazo e económica. Em resumo, Blair sabe que a opinião pública, mobilizada pelo pequeno “Bretanhista” e/ou “mídia” de Direita pró-estadunidense, é hostil à Europa (e, especialmente, à perda da libra e consequentes implicações para a soberania).

Curiosamente, pese embora estivesse preparado para atacar os sindicatos, os defensores de Cláusula Quatro (que simbolicamente estipulava o compromisso com a nacionalização na constituição do Partido Trabalhista) e todos os que pudessem vir a resistir aos seus planos para modernizar a organização do Partido Trabalhista, Blair revela-se relutante em liderar a opinião pública a favor da Europa e do Euro. Isto tem a ver com o seu receio dos “mídia” de Direita nas próximas eleições. Todavia, quanto mais tempo demorar a colocar estas questões na agenda política britânica, mais difícil será para Blair vencer a batalha da hegemonia nesta matéria. De uma forma mais ampla, em termos das continuidades e descontinuidades entre os anos de Thatcher, Major e Novo Trabalhismo, é importante adoptar uma periodização do Novo Trabalhismo, assim como há que considerar o “Thatcherismo” em termos da sua própria periodização. Antes das Legislativas de 1997, Blair preocupou-se essencialmente em estabelecer as condições para uma vitória de Partido

Trabalhista: a sua principal preocupação era, por um lado a criação de uma organização fixa e, por outro lado a construção de um significado flutuante.

A organização fixa consistia na “modernização” do Partido de Trabalhista, tornando-o num Partido autoritário moderno de massas (para usar a terminologia de Poulantzas); e o significado flutuante radicava no próprio termo “Novo Trabalhismo”, que podia ter vários significados em contextos diferentes. Depois da vitória nas Legislativas, viveu-se um período que o próprio Blair descreveu como o “pós-euforia”, “fase da pré-entrega”, ou seja, o período em que cessam as celebrações eleitorais em que o “Novo Trabalhismo”, trabalha em torno dos apertados constrangimentos fiscais e financeiros determinado pelo governo Conservador cessante, e ainda não havia sido formulado um novo jogo de políticas marcadamente “Neo-Trabalhistas”. No último ano, começamos a ver, de alguma forma, uma viragem social democrática nas políticas do “Novo Trabalhismo” no campo da reforma do Estado de bem-estar – a redistribuição discreta de recursos limitados do orçamento com o intuito de minimizar a pobreza e a exclusão social de grupos sociais profundamente desfavorecidos. Não obstante, mesmo aqui, verificamos uma divisão clara entre a crescente inflexão neo-liberal pró-estadonidense que Blair daria a tais reformas e a inflexão mais tradicional social democrática adaptada às denominadas realidades da globalização que Gordon Marrom preferiria. É bem provável que seja este o eixo principal de conflito no período pós-eleitoral. Relativamente às continuidades e descontinuidades, em geral, sugeriria que estas categorias podem ser divididas, em grande parte, em três grupos relacionados entre si: os que se preocupam em manter as linhas principais da abordagem económica neo-liberal desbravada pelo “Thatcherismo”; os que pretendem proporcionar medidas necessárias para melhorar a eficiência dos mercados flexíveis de trabalho, assim como temperar os custos sociais das reformas do mercado de trabalho e outras medidas económicas neo-liberais; e os que se preocupam com a modernização mais geral da constituição e aparelho Estatal, por forma a proporcionar uma estrutura mais eficiente de institucional para criar uma economia globalmente competitiva, contudo socialmente inclusiva. Uma segunda vitória eleitoral do “Novo Trabalhismo”, que é muito possível, embora a sua magnitude seja ainda uma incógnita e dependa profundamente da dimensão dos resultados dos eleitores trabalhistas, preponderantes nas esferas política, económica e cultural, consolidará algumas das descontinuidades. Mas isto ainda será ainda dentro de uma estrutura predominantemente neo-liberal.

Entrevistador – *No teu trabalho sobre a Governação, formulas o conceito de Governação como um conjunto de práticas de espaço, de tempo e de formas. Para ti, as práticas sociais e instituições envolvem formas espaciais, temporais estruturalmente marcantes. Encontram-se orientadas para horizontes temporais, espaciais distintos da acção. Abordas também a problemática da estratégia e táticas, apoiando-te em De Certeau e Debray. Podes desenvolver um pouco a problemática da estratégia dentro do contexto de possíveis estratégias da Esquerda socialista na abordagem ao problema da globalização? Julgas que é necessário diferenciá-los ao*

longo da distinção entre centro e periferia? Quais as implicações que a dimensão espaço-temporal e a distinção de estratégia-táctica preconizada por De Certeau têm para a Esquerda actual? Achas que os movimentos radicais contra a globalização, como o de Seattle e o Movimento Zapatista, empregam uma estratégia genuína e apropriada contra o capitalismo global?

Bob Jessop – Correndo o risco de me tornar repetitivo, gostaria de sublinhar, uma vez mais, que a globalização não ocorre apenas numa escala global. É um processo multi-escalar. Assim, o problema para a estratégia da Esquerda socialista não consiste em descobrir uma escala decisiva para se organizar – como se tudo o resto viesse a organizar-se por arrastamento. O verdadeiro problema é como responder à relativização da escala que foi gerada pela globalização, dito de outra forma, a perda do primado de qualquer escala (em comparação com a que se encontrava vigente a nível nacional no capitalismo do pós-guerra) como escala crucial de acção política em torno da qual outras acções podem ser coordenadas. Desta forma, é imperioso pensar sobre como melhor proporcionar as condições para organizar a acção em muitas escalas diferentes, em muitos centros diferentes, e com muitas forças sociais diferentes. Rejeito completamente a ideia da existência de um único centro de coordenação. Contrariamente, há que pensar sobre esta matéria em termos do que referi num outro espaço como, meta-Governança, isto é, organizar as condições para a auto-organização.

Para alguns problemas, pensar globalmente, actuando localmente será a melhor solução (a título de exemplo, as questões relacionadas com o ambiente); para outros problemas, pensar localmente, mas organizar globalmente, pode ser importante (a título de exemplo, a ameaça das comunidades nativas deve ser tratada localmente, mas com o apoio de escalas globais, regionais e nacionais). Mas há também outras permutações de escalas, centros de coordenação e horizontes temporais que necessitam ser considerados. As tácticas, tal como avança De Certeau, podem ser importantes em determinadas condições, especialmente em resposta a ameaças locais imediatas; mas devem ser relacionadas a conjuntos mais amplos de lutas. Neste contexto, também podemos aprender alguma coisa da distinção efectuada por Gramsci entre guerras de manobra e guerras de posição. No que tange a Seattle e aos Zapatistas, vejo-os como importantes e originais contribuições ao desenvolvimento total da luta contra as formas neo-liberais dominantes de globalização. A questão de fundo é como encorajar tais iniciativas “bottom-up”, providenciando-lhes apoio transnacional e simultaneamente facultar-lhes uma determinada coerência ampla em termos de resistir e transformar a falta de lógica da globalização capitalista. Isto remete-nos para problemas mais gerais do projecto institucional e para a criação de sujeitos democráticos capaz de pensarem e de agirem em escalas diferentes.

Entrevistador – *Registou-se uma transformação importante na Esquerda europeia nos últimos 30 anos, tanto ao nível ideológico e político, quanto ao nível teórico. Podemos denominar esta transformação por “Nova Esquerda”. O rasgo comum,*

definidor de todos os movimentos diferentes da denominada “Nova Esquerda” é a sua ênfase no problema da democracia, ou na questão de como expandir a democracia. A necessidade da democracia surge assim reivindicada, quer em oposição ao “socialismo realmente existente”, quer em oposição ao capitalismo de bem-estar da década de 60, quer ainda em oposição ao neo-liberalismo dos anos 80. A Nova Esquerda foi uma força muito activa, não só nas lutas democráticas, como também nos movimentos intelectuais. Como avalia esta transformação da Esquerda europeia e a sua posição política teórica enquanto Nova Esquerda? Qual a tua opinião, relativamente a algumas das questões que têm sido levantadas pela Nova Esquerda, tais como democracia, sociedade civil, esfera pública e democracia radical?

Bob Jessop – Em essência sou muito sensível a esta mudança de ênfase, mas corre o risco de se tornar na defesa de uma democracia liberal, a menos que seja articulada a uma análise das realidades subjacentes e das tendências actuais no seio do capitalismo. O que eu acho especialmente apelativo na Nova Esquerda é a sua rejeição do economicismo e reducionismo de classe e o reconhecimento da importância de outros locais e formas de luta contra exploração e dominação. Isto, por sua vez, expande, radicalmente, o espectro das lutas, como refere a tua pergunta. Sou ainda sensível à sua ênfase na sociedade civil. Nos meus trabalhos iniciais não trabalhei muito este conceito, excepto nos comentários que teci relativamente a Gramsci; em grande parte isto prende-se com a visão que tinha na altura, de que a “sociedade civil” era uma construção ideológica burguesa. Desde então tenho mudado a minha posição relativamente a esta matéria. Vejo agora a sociedade civil em termos análogos ao conceito “mundovida” de Habermas. Nestes termos considero agora a sociedade civil (ou o “mundovida”) como abrangendo várias relações sociais, identidades, interesses e valores exteriores e/ou que atravessam sistemas específicos, em vez de se encontrarem ancorados em si próprios. Inclui relações sociais, como género, geração, etnicidade, identidade nacional, sociedades associativas, novos movimentos sociais, etc.

Isto influencia a economia criando oportunidades para o lucro, assim como influenciando as lutas sobre a mercadorização, des-mercadorização e re-mercadorização da sociedade, a nível mais amplo. Isto pode ser ilustrado por fenómenos como a divisão de género no trabalho; mercados de trabalho duais estruturados em torno de divisões geracionais e étnicas; desenvolvimento de mercados orientados para a “libra côr-de-rosa”; preocupações com a competitividade nacional, regional e urbana; ou o impacto de movimentos ecologistas nas estratégias para a modernização ecológica. O “mundovida” também actua como um reservatório de relações sociais, identidades, interesses e valores que podem ser mobilizados contra a lógica de acumulação (ou qualquer outro princípio de sistémico de “societalização”) e isso, além do mais, como Gramsci sugere (e, em certa medida, Laclau & Mouffe), como um campo de luta para articular novos princípios hegemónicos.

Neste sentido, considero importante defender esta esfera de colonização pela relação do capital ou, de facto, qualquer outro princípio sistémico de “societalização” (tal como o militarismo, ou a segurança nacional). Contudo, é também importante criar condições para

que exista tolerância mútua entre forças diferentes no seio da sociedade civil, sujeitas a um respeito geral pelos valores democráticos básicos. Isto requer, não só a construção de instituições democráticas (cujo carácter diferirá de acordo com as esferas específicas na qual se instituirão), mas também a formação de sujeitos comprometidos com práticas democráticas e com a deliberação. É apenas dentro desta estrutura que se pode assim começar a discutir as questões relacionadas com o equilíbrio apropriado, entre as políticas de identidade e a políticas de igualdade, as políticas de produção e as políticas de distribuição, as escalas espaço-temporais apropriadas e horizontes para políticas democráticas, etc.

Correspondência

Bob Jessop, Universidade de Lancaster, Inglaterra.
E-mail: soardj@exchange.lancs.ac.uk

Entrevista

Entrevista conduzida por Mürekkep (Ink), Ankara

Entrevista publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização do autor.
Tradução de João M. Paraskeva, Universidade do Minho, Portugal.